

A CATEGORIA DE CRISE ECONÔMICA NA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DO JOVEM MARX

AUTOR: PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO¹.

(1) INTRODUÇÃO

Faremos um mapeamento da categoria de crise econômica ao longo de vários textos do jovem Marx (e de Engels), com o intuito de apreender a evolução do tratamento dado ao problema das crises na formação do seu pensamento. Problemas esses que só terão uma abordagem mais completa nos textos principais do velho Marx - *Para a Crítica da Economia Política, Grundrisse, Teorias da Mais-Valia e O Capital*.

A preocupação com a questão das crises econômicas em Marx se justifica não só pela possibilidade de constituição (que a abordagem marxiana nos dá) de uma explicação alternativa das crises cíclicas, como pela importância que ocupam no próprio pensamento de Marx, pois são entendidas como o resumo e manifestação do conjunto de contradições do capitalismo.

(2) A CATEGORIA DE CRISE ECONÔMICA AO LONGO DE ALGUNS TEXTOS DO JOVEM MARX

Publicado em 1844 em Paris, nos Anais Franco-Alemães, o ensaio "**Esboço de uma Crítica da Economia Política**" de Friederich Engels, já trata da questão das crises. Esse ensaio, viria inclusive a influenciar Marx nos seus estudos futuros, em particular na sua obstinada constituição de uma "Crítica da Economia Política". No "Prefácio" de "Para a Crítica da Economia Política", Marx refere-se a esse trabalho como um "(...) genial esboço de uma crítica das categorias econômicas (...)" (Marx, 1986c, pg.26). Vejamos o que fala Engels a respeito das crises:

"(...) O economista deixa-se levar com a sua bela teoria da oferta e da procura e nos demonstra que "nunca se pode produzir demais" - e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas e de tal modo que hoje temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Tais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas (...). Naturalmente, estas revoluções comerciais confirmam a lei: confirmaram-na ao seu nível mais alto, mas de maneira diversa daquela que o economista nos queria fazer crer. Que pensar de uma lei que só se pode estabelecer através de revoluções periódicas? É justamente uma lei natural que se baseia na ausência de consciência dos interesses. Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se eles organizassem a produção, se eles a repartissem entre si, a flutuação da concorrência e a sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis. Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e irrefletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão; e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: deve pauperizar um maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa do trabalho a ocupar (o que é o principal

¹ Formado em economia pela FEA-UFRJ, mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Gama Filho.

problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou." (Engels, 1979, p.18-19)

Esse "Esboço ..." foi escrito por Engels aos 23 anos, e conforme nos fala Gorender² sua crítica "partia de princípios antropocêntricos e moralizantes e era fortemente inspirada por Feuerbach" (p. VII). É anterior às incursões de Marx no campo da Economia Política. Já neste "Esboço ...", ainda segundo Gorender, Engels aponta a Economia Política como ideologia da propriedade privada, da concorrência, etc. É rejeita (tal como faz Marx mais tarde nos "Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844", do qual trataremos adiante) a teoria do valor-trabalho de Ricardo e tenta explicar o "valor a partir da relação custo de produção e utilidade." (p. VIII) Obviamente, esses posicionamentos foram posteriormente superados. Mas o "Esboço ..." continha posições que foram posteriormente reafirmados. Como a crítica à posição de Malthus a respeito da sua teoria da população, como tendência por ele já indicada, da concorrência desembocar em monopólios, a idéia de que o capitalismo convive com um contingente de trabalhadores desempregados (que Marx mais tarde vai tratar por "Exército Industrial de Reserva" em "O Capital"). E por fim sua posição crítica à "Lei de Say" de que a oferta cria sua própria demanda e assim "nunca se pode produzir demais". Crítica essa que parte justamente da questão das crises comerciais. Com uma periodicidade das crises baseada exclusivamente em observações empíricas (sem ligar-se ainda à crises industriais de superprodução, cuja periodicidade Marx intui que esteja associada à vida útil do capital fixo), a discussão das crises está cumprindo o papel de desmontar os preconceitos de equilíbrio inevitável na economia, (equilíbrio entre oferta e demanda). É interessante reforçar a intuição de Engels de que as crises só seriam superadas se os homens adotassem algum tipo de planejamento para a produção. E, do contrário, as crises seriam cada vez mais intensas e universais e levariam, no limite, a uma revolução social.

Os "Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844" são o resultado da primeira incursão de Karl Marx no âmbito da Economia Política. É um trabalho de publicação póstuma (1932), de maneira que tem uma redação inacabada. No aspecto filosófico, segundo Gorender, os "Manuscritos (...)" exprimem a ruptura total de Marx com Hegel, onde Marx conserva a categoria de negatividade mas com um enfoque materialista, e isso sob a influência de Feuerbach e seu humanismo naturalista (p. VIII).

No aspecto econômico, Marx enfoca o fenômeno da alienação e aponta, segundo Netto (1985, p.22)³, a impossibilidade da Economia Política compreender e posicionar-se quanto a esse fenômeno, pois ela simplesmente representaria "uma realidade fundada na alienação" (*ibid.*). Marx aponta a propriedade privada como a base, o fundamento da alienação, logo somente a supressão da propriedade privada pode suprimir a alienação. Assim o comunismo seria a garantia da realização humana, realização total, do homem exercendo todas as suas potencialidades (*ibid.*). Nos "Manuscritos (...)" Marx ainda não assume plenamente a teoria do valor-trabalho, assim ele aí desenvolve "(...) uma teoria da expropriação e não da exploração da classe operária." (Gorender, *op.cit.*, pg.IX). Mas o relevante para a nossa dissertação é o fato de que os "Manuscritos (...)" Marx já demonstrar a sensibilidade de distinguir a demanda física da demanda solvável (distinção essa de fundamental importância para a caracterização da crise como de superprodução e não de subconsumo, conforme veremos adiante), e aponta o não entendimento por Ricardo e Say da "(...) contradição entre a

² Vide "Introdução" de Jacob Gorender aos textos "Para a Crítica da Economia Política", "Salário, Preço e Lucro", etc. Da coleção "Os Economistas", ed. Nova Cultural, 1986, pg. VIII.

³ Vide "Introdução" de José Paulo Neto ao livro "A Miséria da Filosofia" de Karl Marx, ed. Global, 1985, Coleção Bases:46.

tendência do capital ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e os limites estreitos impostos por esse mesmo capital ao consumo das massas operárias". (Mandel, 1980, p.71)⁴

Friedrich Engels no seu livro "**A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**", vai tratar também da questão das crises econômicas, priorizando a ligação desse fenômeno com a situação material da classe trabalhadora. Antes de vermos a forma como Engels trata isso, situaremos o livro na sua evolução intelectual e apontaremos, de forma breve, suas principais contribuições e deficiências.

"A Situação (...)" foi escrito em 1844/45, e foi o desdobramento do seu trabalho anterior "Esboço de uma Crítica (...)", esse texto "(...)" constitui o substrato teórico-ideológico de **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**". (Netto, 1988, p.VI).

O livro "**A Situação (...)**", segundo Netto ⁵, está construído sobre as premissas teóricas desenvolvidas no "Esboço (...)", isso deve-se em parte ao fato de que ao mesmo tempo em que desenvolvia as concepções teóricas e as determinações histórico-sociais no "Esboço (...)", Engels preparava-se para escrever a "história social da Inglaterra" - que nunca chegou a ser escrita, somente uma parte ficou pronta, que é justamente o livro "**A Situação (...)**". Ai Engels aponta as transformações operadas na Inglaterra pela *Revolução Industrial*, sendo que Engels, conforme Netto, utiliza essa expressão de maneira inovadora, atribuindo a ela o sentido que tem hoje em dia, de transformações ao nível da estrutura social (já apontando o papel revolucionário do proletariado em tal estrutura), transformação ao nível do espaço urbano (urbanização), transformação econômica (com a concentração de riqueza em larga escala), etc.

O texto peca por um extremismo revolucionário exacerbador, por uma acentuação ética aos moldes do socialismo utópico de Owen e por "(...) uma concepção ainda pouco concretizada da nuclearidade da dinâmica social sob o capitalismo (nela, a teoria das lutas de classes não alcança uma determinação adequada)" (*ibid.*, pg. XI). E Netto, que o otimismo revolucionário decorre na sua maior parte da situação concreta na qual Engels trabalhara - crise de 1842 que levou a uma greve geral cartista, pauperização progressiva dos trabalhadores, etc - e menos das suas posições teóricas ainda pouco desenvolvidas.

Mas é no capítulo três - "**A Concorrência**" - que se encontram claramente a aplicação das premissas desenvolvidas no "Esboço (...)". Ai a concorrência é o fenômeno central da lógica capitalista, e a crise decorre da concorrência e tem sua periodicidade ligada ao crescimento econômico. E em associação a essas posições Engels discute a formação e movimentos do "exército de trabalhadores desempregados" (que Marx vai chamar de "exército industrial de reserva"), e a questão da relação do salário mínimo e médio (Netto, *op.cit.*, p. X). Então vejamos algumas passagens do terceiro capítulo, sobre as crises periódicas. Em primeiro lugar ressaltamos que Engels percebia a crise como cíclica e decorrente da superprodução, que é uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista, que tem por finalidade sempre o lucro, ou seja a preocupação do capitalista é a produção visando o lucro, não importando a ele a satisfação das necessidades dos produtores, acrescentando-se a isso que o trabalhador não consome tudo o que é produzido, (não consome bens de capital), e por outro lado ele só é empregado se gerar um valor maior do que recebe, se produzir a mais do que consome. Por fim, há o aspecto dos capitalistas produzirem sem ter certeza da demanda final por seus produtos. Esse conjunto de aspectos propiciam a superprodução, e de forma geral Engels já percebia isso, vejamos:

⁴ Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1985d) vide página 19.

⁵ Vide "Prólogo à Edição Brasileira" de "**A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**" de José Paulo Neto, pg. I a XIV, ed. Global, 2a. edição, 1988)

"A que se deve esta contradição? Deve-se à própria natureza da indústria e da concorrência assim como às crises econômicas que daí resultam. Dada a anarquia da produção atual e da divisão dos bens de consumo, que não tem como finalidade a satisfação imediata das necessidades mas pelo contrário o lucro, dado o sistema em que cada um trabalha e enriquece sem se preocupar com os outros, é inevitável que se produzam constantemente perturbações." (Engels, 1988, p. 99-100)

Noutra passagem ele nos diz como as várias crises parciais e localizadas tornam-se uma única série de crises ⁶, descreve a passagem da fase de prosperidade para a crise, e ainda aponta uma periodicidade quinquenal para a eclosão das crises. As formas de manifestação da crise descrita por ele se mantiveram ao longo do tempo e a grosso modo se apresentam sob a forma de paralisia dos negócios, falências e concordatas generalizadas, etc ⁷. A crise traz consigo, conforme já percebia Engels, redução dos salários devido ao excesso de oferta de mão de obra, excesso esse promovido pelo aumento do número de desempregados ⁸. Ele já intuía a necessidade e funcionalidade do exército de desempregados para que a grande indústria pudesse responder rapidamente aos aumentos de demanda das fases de prosperidade ⁹.

Após a crise vem a prosperidade. Para Engels, ela se tipifica pela redução dos estoques acumulados, até o momento em que "a alta dos preços e as novidades favoráveis vindas de toda parte restabelecem a atividade." (*ibid.*, p. 101)

Engels dá grande importância às distâncias entre os centros produtores (Inglaterra em particular) e os consumidores, pois essa distância aliada a morosidade dos meios de comunicação abria espaço para todo tipo de especulação e a especulação que surgiria na parte final da fase de prosperidade é parte importante na explicação da deflagração das crises ¹⁰.

⁶ *Ibid.*, p. 100.

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*, p. 100-101

⁹ *Ibid.*, p. 102.

¹⁰

"A especulação faz subir os preços ainda mais, encorajando outras pessoas a comprar, antecipando-se em relação a futuras importações. Todas estas notícias são transmitidas para a Inglaterra, os industriais recomeçam a trabalhar alegremente, constroem-se novas fábricas todos os meios são utilizados para aproveitar o momento favorável. Também aqui aparece a especulação, com os mesmos efeitos que apontamos para os mercados exteriores, provocando a alta de preços, desviando os gêneros do consumo, levando a produção industrial a uma tensão extrema. Depois vêm os especuladores não solváveis que trabalham com capitais fictícios, que vivem do crédito e que se arruinam se não conseguem vender rapidamente - lançam-se nesta corrida precipitada, nesta caça ao lucro, aumentando a precipitação e a confusão com o seu ardor desenfreado, que faz subir os preços e a produção até o delírio. É uma luta fantástica que arrasta na sua roda os homens mais calmos e experimentados; forjam, fiam, tecem, como se fosse preciso equipar de novo a humanidade inteira, ou como se tivessem descoberto na superfície da Lua alguns novos milhões de consumidores. De repente, os especuladores não-solváveis de além-mar, que têm absoluta necessidade de

Para Engels (p. 102), os "especuladores não-solváveis" ao venderem a preços baixos, nos mercados consumidores de bens importados da Inglaterra, de imediato incentivariam as vendas, mas isso não seria permanente, outros produtores e/ou especuladores lançariam suas mercadorias no mercado, esse se desequilibraria, o crédito seria subitamente suspenso, os pagamentos também e daí viriam as falências. Tais notícias chegariam à Inglaterra onde a produção está no máximo, gerando pânico e falências. Assim a economia Inglesa estaria novamente num período de crise, e as crises sucedem as prosperidades, de tal forma que o ciclo industrial é descrito por Engels como tendo apenas duas fases¹¹. Essa noção será revista por ele¹² e por Marx. Note-se que a descrição da crise aponta sua deflagração nos países consumidores, e depois ela chegaria a Inglaterra, mas a causa se localiza na Inglaterra (o país capitalista hegemônico economicamente, em cada época, é o centro das crises) conforme aponta Marx em "As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850".

Em "**A Ideologia Alemã - Crítica da Filosofia Alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stiner, e do Socialismo Alemão na dos seus diferentes Profetas**", escrita entre setembro de 1845 e maio de 1846, Marx e Engels ajustam contas com sua "(...) antiga consciência filosófica" (Marx, 1986c, p. 26). Ou seja fazem a crítica da filosofia pós-hegeliana, e nele formulam algumas das teses fundamentais a respeito do ser social (e que Marx desenvolveria mais tarde) e da perspectiva revolucionária que advém desta compreensão do ser social. "A Ideologia Alemã" teve publicação póstuma, pois como fala Marx no "Prefácio à Crítica (...)":

"O manuscrito, dois grossos volumes in octavo, já havia chegado há muito tempo à editora em Westfália quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos os manuscritos à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo." (Marx, 1986c, pg.26)

Conforme nos fala Netto (p. 23), ela representa a passagem definitiva dos dois co-autores ao comunismo, (vindo de posições mais próximas do liberalismo democrático, notadamente Marx), e a conclusão da afirmação de ambos enquanto teóricos e revolucionários. A contraposição às posições dos teóricos pós-hegelianos, e a de Feuerbach em particular, levou à primeira exposição do materialismo histórico, exposição ainda tosca, pouco desenvolvida, mas muito original. O fundamental, que diferenciava a posição de Marx e Engels da ideologia alemã é o fato de conferirem "(...) à esfera econômica o estatuto de instância básica da vida social". (Gorender, *op. cit.*, pg. IX). Mas note-se que nesta época eles ainda não tinham formulado a crítica da Economia Política, tarefa a que Marx se lança em seguida. Em "A Ideologia Alemã" eles tratam, numa certa passagem, do fetiche do dinheiro e das crises monetárias

"O poder do dinheiro, o fato de este meio de troca universal adquirir uma existência autônoma, escapando tanto ao controle da sociedade como ao dos indivíduos, é algo que, num plano mais geral, faz surgir com particular nitidez a transformação das próprias

dinheiro começam a vender a um preço inferior ao do mercado." (*ibid.*, p. 101-102)

¹¹ "É o princípio da crise, que retoma exatamente o mesmo curso que a precedente e mais tarde é seguida por um período de prosperidade. E assim sucessivamente, prosperidade, crise, prosperidade, crise; este ciclo eterno no qual vive a indústria inglesa cumpre-se normalmente, já o dissemos, em cinco ou seis anos." (*ibid.*, p. 102)

¹² Vide "Anti-Düring", 1971, p. 328-348

condições de produção e de trocas em fator autônomo, que escapa ao controle dos homens. (...)

A crise monetária consiste primeiramente no seguinte: todos os <<teres>> se encontram repentinamente depreciados relativamente ao meio de troca e perdem o seu <<poder>> sobre o dinheiro. A crise surge precisamente quando já não se pode pagar com o seu <<ter>> e quando se é constrangido a pagar com dinheiro. Isto, por outro lado, não acontece por o dinheiro faltar, como pensa o pequeno burguês que ajuíza a crise de acordo com os critérios da sua indigência pessoal, mas sim porque fica congelada a diferença específica entre o dinheiro, mercadoria *universal* <<propriedade móvel e circulante>> e todas as outras mercadorias particulares que deixam subitamente de ser uma propriedade móvel. Não nos peçam para desenvolvermos aqui, para dar prazer a Sancho ¹³, as causas deste fenómeno. Aos pequenos lojistas sem dinheiro e sem esperança, Sancho explica, à guisa de consolação, que não é o dinheiro que causa a falta de dinheiro e a crise, mas sim a sua impotência para o adquirirem. Não é o arsénico que é responsável pela morte daquele que o tomou, mas sim a impotência da sua constituição para o digerir.

(...) Ora, o grande problema existente na crise, é precisamente o de <<qualquer bem>> deixar então de ser <<dinheiro>>. E isto acrescenta-se aliás à prática do burguês, que aceita <<qualquer bem>> em pagamento desde que se trate de dinheiro e só começa a levantar dificuldades quando não é fácil transformar esse <<bem>> em dinheiro: deixa então de o considerar como um <<bem>>. Um outro problema das crises consiste no facto de Vós, os pequenos burgueses, a quem Sancho se dirige aqui, de Vós deixardes de poder fazer circular o dinheiro da Vossa lavra, as Vossas letras; exige-se de Vós dinheiro que já não tivésteis de cunhar e que ninguém viu passar entre as Vossas mãos." (Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. II, p. 238-239).

E mais adiante prosseguem tratando das crises monetárias e criticam a posição do Sr. Grün que defendia a lei de Say ("a procura gera sua própria oferta"):

"Até aqui, o Sr. Grün persuadiu-se de que é necessário produzir para consumir. A verdadeira dificuldade começa para ele quando inicia a demonstração de que produz quando consome. O Sr. Grün atinge um falhanço total quando tenta lançar uma luz débil sobre a relação arquiabnal e extremamente geral que existe entre a oferta e a procura. Chega finalmente à idéia de que o seu consumo, ou seja a sua procura, produz uma nova oferta. Mas esquece que a sua procura deve ser *efectiva*, que lhe é necessário oferecer um equivalente do produto procurado para que daí resulte uma nova produção. Também os economistas se referem a este carácter inseparável da produção e do consumo e à identidade absoluta da oferta e da procura, quando pretendem demonstrar precisamente que nunca há superprodução; (...). Ignorando o meio termo do pagamento a dinheiro que ele torna supérfluo abstraindo simplesmente dele, quando é este o elo que dá a procura seu carácter *efectivo*, o Sr. Grün transforma o consumo reprodutivo num conto de fadas (...)" (*ibid.*, p. 420 e 421)

¹³ Conforme aponta a nota 1 (p. 235), do livro "A Ideologia Alemã", vol II, Editorial Presença/Martins Fontes, Marx dá ironicamente o nome de personagens de D. Quixote aos filósofos que fazem da útil (em certos casos) distinção filosófica entre "substância" (aquilo que no ser tem existência permanente, independente de aparências ocasionais) e "acidente" (aspecto ocasional e variável sob o qual a substância se manifesta) uma realidade em si. Por isso eles estudam o homem em abstrato e não os homens tal como são, produtos da sua história e do seu meio ambiente.

Dos trechos acima citados, percebemos a preocupação dos autores em apontar algumas razões pelas quais as crises monetárias podem se produzir. Está presente a distinção entre demanda física e demanda solvável, diferença esta tão importante como já frisamos anteriormente. E conforme indica E. Mandel, em "A Ideologia Alemã", Marx e Engels apontam que "(...) a crise de superprodução não tem como causa uma superprodução física, mas perturbações do valor de troca." (Mandel, *op. cit.*, p. 71)¹⁴

No "**Manifesto do Partido Comunista**" de 1843, a questão da crise também estava presente, sendo ligada diretamente à contradição entre as relações burguesas de produção e de apropriação, nesse sentido apontam que:

"Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio." (Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista, p. 26, "Obras Escolhidas", vol.peculiaridade).

As crises são periódicas e de superprodução, ou seja, há crises justamente porque a sociedade burguesa produziu riquezas em demasia, por este motivo há fome, desemprego, fálência, destruição de valores:

"[Por quê há crises de superprodução?] Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da sociedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas, de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las." (*ibid.*)

Toda essa análise foi feita antes de Marx aprimorar sua teoria do valor e da mais-valia. Aqui só aparece a mais-valia absoluta e não a relativa. A partir dessa peculiaridade é que entendemos a afirmação de que as crises originam-se do fato das forças sociais libertarem-se momentaneamente das relações de propriedade burguesa precipitando a desordem e ameaçando a existência dessa propriedade burguesa. Ameaçava pois o sistema ainda não permitia manutenção da taxa e margem de lucros com ganhos salariais, ainda não formava a "base do consenso", o que vai ser possível com a produção da mais-valia relativa. E note-se que até o início de 1850, predomina a extração da mais-valia absoluta. É inclusive nessa ótica que entendemos a afirmação contida no "Manifesto(...)" de que:

"(...) O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. É, pois, evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de

¹⁴ Vide a seguinte passagem: "(...) O Sr. Grün esquece que é apenas devido à sua influência sobre o valor de troca dos produtos que a superprodução provoca crises (...)" (*ibid.*, pg. 422)

seu escravo no quadro de sua escravidão, porque é obrigado a deixá-lo cair numa tal situação, que deve nutri-lo em lugar de se fazer nutrir por ele. A sociedade não pode mais existir sob sua dominação, o que quer dizer que a existência da burguesia é, doravante, incompatível com a sociedade." (*ibid.*, pg.30/31).

Atenção para não confundir a opinião de Marx e Engels de 1848, com a suposta "lei da pauperização absoluta", que foi formulada com a ajuda de Kautsky a partir de uma compreensão coagulada e formal de Marx.

Escrita em 1847, "**A Miséria da Filosofia**" surge como uma crítica demolidora das posições sustentadas por Proudhon em "Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria". Com a publicação do livro de Proudhon, Marx é levado a contrapor-se a ele a partir dos seus estudos e pesquisas no campo da Economia Política, de maneira que "A Miséria da Filosofia" representa um balanço dos avanços de Marx, até essa época, nesse campo. Mas as proposições presentes em "A Miséria (...)" não são de todo perfeitas e acabadas. Ainda verificaremos uma posterior evolução de Marx, superando equívocos e insuficiências. O cerne de tais dificuldades está ligado à compreensão da categoria valor. Se antes (1843/44), Marx (como vimos) rejeita o valor-trabalho de Ricardo. Na "Miséria (...)" ele assume como válida a posição de Ricardo. Mas ao mesmo tempo executa uma ruptura com ele, ao apontar que as categorias econômicas são não eternas, mas transitórias¹⁵.

"Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.

Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios." (Marx, 1985e, p.106)

O fato de Marx assumir a teoria do valor-trabalho, por si não garante o pleno entendimento do conjunto do modo de produção capitalista, isso só vai ser conseguido a partir dos anos 50 com os "Grundrisse", com "Para a Crítica (...)", com "Teorias da Mais-Valia" e com "O Capital". Conforme Netto (p. 29-30) ao não distinguir força de trabalho de trabalho fica Marx impossibilitado de perceber a particularidade da mercadoria força de trabalho no processo de produção capitalista. Logo sequer há possibilidade de formulação de uma teoria da mais-valia. Por fim, antes de apontar a discussão das crises, cabe registrar que é em "A Miséria da Filosofia" que em primeiro lugar temos por orientação a crítica da economia política. Esse livro é montado tendo esta preocupação por base. Assim nos parece, conforme argumenta Netto (p. 31-32), que Marx já tem claro o primado ontológico da economia enquanto estruturador e explicador do ser social. E mais, ele já procede uma abordagem ontológica do objeto, integrando num todo articulado a explicação e o entendimento do real; portanto está presente a perspectiva da totalidade.

Quanto à discussão levantada sobre as crises, vejamos uma passagem:

"Fruit Troja [Troia já não existe!]. Esta justa proporção entre a oferta e a demanda, que volta a ser objeto de tantos votos, há muito tempo que deixou de existir, tornou-se uma velharia. Ela só foi possível em épocas nas quais a troca se operava em limites extremamente pequenos. Com o aparecimento da grande indústria, esta justa proporção teve de acabar, e a produção é fatalmente obrigada a passar, numa mesma sucessão perpétua, pelas vicissitudes de prosperidade, depressão, crise, estagnação, nova prosperidade e assim por diante [grifo nosso]." (*ibid.*, p. 69)

Neste trecho, Marx está polemizando com Proudhon e com os "economistas filantrópicos" que gostariam que as mercadorias fossem produzidas em proporções tais que

¹⁵ Conforme a "Introdução" de José Paulo Neto à "A Miséria da Filosofia".

pudessem ser vendidas pelo seu preço "justo". Marx ao mostrar o mecanismo utópico de tal posição, já aponta a presença da superprodução e da anarquia da produção, e defende que após o surgimento da grande indústria, a produção torna-se cíclica, tendo que passar por prosperidade, depressão, crise, estagnação e nova prosperidade. Ou seja, aqui já fala de quatro fases do ciclo, diferenciando-se da posição de Engels expressa em "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", conforme vimos acima. Note-se que a fase anterior à crise é designada por depressão, termo que ele pouco usará em "O Capital".

No livro "**As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850**", escrito por Marx em 1850 e publicado pela primeira vez na *Neue Rheinische Zeitung*, nos números 1, 2, 3 e 5-6 correspondentes ao ano de 1850, o estudo do ciclo econômico está associado ao estudo da interação entre os interesses econômicos e os interesses políticos das várias classes sociais e frações de classes, que compunham a sociedade francesa de então. Assim ele aborda questões para as quais não havia dado maior importância até então ¹⁶. Vejamos uma passagem de "As Lutas de Classes (...)", onde Marx aborda a questão da crise e do ciclo:

"Do mesmo modo que o período de crise, o período de prosperidade começa mais tarde no continente do que na Inglaterra. Na Inglaterra produz-se sempre o processo originário; a Inglaterra é o maior demiurgo do cosmo burguês. No continente as diferentes fases do ciclo que se repete sempre na sociedade burguesa se produzem de forma secundária e terciária. Em primeiro lugar, o continente exporta para a Inglaterra incomparavelmente mais do que qualquer outro país. Mas esta exportação para a Inglaterra depende, por sua vez, da situação da Inglaterra, sobretudo no que diz respeito ao mercado ultramarino. Logo, a Inglaterra exporta para os países de ultramar incomparavelmente mais do que todo o continente; portanto, o volume das exportações continentais para esses países depende, sempre, das exportações da Inglaterra para ultramar. Por isso, quando as crises engendram revoluções, em primeiro lugar, no continente, a causa destas se acha sempre na Inglaterra. É natural que nas extremidades do corpo burguês se verifiquem explosões violentas antes de ocorrerem no coração, pois aqui a possibilidade de ajustamento é maior do que lá. Por outro lado, o grau em que as revoluções continentais repercutem sobre a Inglaterra é, ao mesmo tempo, o termômetro pelo qual se mede até que ponto essas revoluções põem realmente em perigo o regime de vida burguês ou até que ponto afetam apenas as suas formas políticas."

(Marx, "As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850" - "Obras Escolhidas", Vol. I, pg. 189)

É interessante destacar, do trecho citado acima, o fato de Marx frisar que a Inglaterra, que era o país capitalista mais avançado e o dominante no século XIX, funcionar como o demiurgo do cosmo burguês. Assim as crises econômicas seriam geradas nela primeiramente, e só depois os demais países sentiriam os seus efeitos, mas as crises eclodiriam primeiro no continente e só depois na Inglaterra, pois ela tem uma maior facilidade de ajustamento. Isso nos parece pertinente para a discussão sobre a economia brasileira de hoje, que ocupa um papel secundário, de país subdesenvolvido e dependente

¹⁶ "O estudo econômico se afastava desde então das abstrações e das generalidades, para se tornar freqüentemente minucioso. As flutuações quase quotidianas da Bolsa ou detalhes da política financeira do governo foram integrados na análise. Parece evidente que essa familiaridade maior com os problemas do crédito e com os fenômenos monetários preparava nossos dois amigos para compreensão melhor do "ciclo industrial". (Mandel, 1980, p. 72).

dos centros do capitalismo mundial. Outro ponto a destacar é a relação que ele estabelece entre a **possibilidade** da eclosão de movimentos revolucionários e a deflagração da crise¹⁷.

Até o ano de 1850, Marx e Engels não fizeram um estudo sistemático da marcha cíclica da economia capitalista. Esse estudo é feito no mesmo "*Neue Rheinische Zeitung - Politisch - Ökonomische Revue*", ao longo dos artigos que analisavam a evolução dos fatos políticos e econômicos do período. Ernest Mandel faz um interessante balanço desses artigos no capítulo 8 do seu livro "*A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*". Mas Engels também nos dá uma importante descrição desses artigos na sua Introdução de 1895 ao livro "*As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*" de Marx¹⁸. Vejamos:

"(...) Marx, a partir da primavera de 1850, encontrou lazeres para se entregar a estudos econômicos e empreendeu, primeiramente, a história econômica dos dez últimos anos. Desse modo, ele extraiu, com toda a clareza dos fatos, o que até então não fizera senão deduzir, semi-aprioristicamente, de materiais insuficientes, isto é, que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março e que a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco a partir de meados de 1848, e chegara ao seu apogeu e 1848-1850, foi a força vivificante na qual a reação européia hauriu renovado vigor. Esta prova foi decisiva. Enquanto que nos três primeiros artigos (publicados nos números de janeiro, fevereiro e março da *Neue Rheinische Zeitung - Politisch - Ökonomische Revue* [Nova Gazeta Renana - Revista Político-Econômica], Hamburgo, 1850) ainda palpita a esperança de um novo e próximo surto da energia revolucionária, o quadro histórico do número duplo e derradeiro (maio a outubro), saído no outono de 1850 e escrito por Marx e por mim, rompe definitivamente com todas estas ilusões: "Não é possível uma nova revolução senão em consequência de uma nova crise. Mas esta é tão certa quanto aquela". Tal foi, aliás, a única modificação essencial introduzida. Nada mudara absolutamente na interpretação dos acontecimentos dada nos capítulos anteriores, nem no encadeamento de causa e efeito que nele tinha sido estabelecido, conforme prova a continuação da narrativa que está no mesmo resumo geral e que abarca o período de 10 de março ao outono de 1850". (*ibid.*, p.95)

É importante frisar que o tipo de interação entre o econômico e o político na explicação da conjuntura, é a grande novidade então introduzida. E aí a observação das crises cíclicas é de fundamental importância. Entendemos que é esse tipo de leitura da conjuntura atual que se coloca enquanto desafio aos marxistas de hoje em dia. Frisamos ainda, que essa leitura é

¹⁷ "Semelhante revolução só pode ocorrer naqueles períodos em que esses dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, entram em conflito uma com a outra." (Marx, "*As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*" - "*Obras Escolhidas*", Vol. I, pg. 189)

"Só é possível uma nova revolução em consequência de uma nova crise. Mas uma é tão certa quanto a outra." [Negritos do Marx] (*ibid.*)

¹⁸ Introdução polêmica, que tem servido de base para posições e conclusões reformistas no que diz respeito a estratégia revolucionária. Tendo sido inclusive publicada truncada por W. Liebknecht no *Vorwaerts*, que era o órgão central do Partido Social-Democrata Alemão. Isso em 1895, quando Engels ainda vivia! E tal "truncagem" transformava Engels num ardoroso defensor da legalidade burguesa a todo custo.

muito semelhante à feita pelo marxista belga Ernest Mandel, em particular no seu livro "A Crise do Capital - Os fatos e sua interpretação marxista".

Antes de avançarmos na evolução da categoria crise no pensamento de Marx, apontaremos as principais contribuições positivas e os principais erros cometidos por Marx e Engels, nos seus artigos da "*Neue Rheinische Zeitung*". Para isso nos baseamos no livro de E. Mandel, "A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx". Seriam três os principais acertos no sentido de um correto entendimento das crises. Em primeiro lugar eles precisam que a crise é de superprodução e não decorrente da especulação desenfreada. Pois o "investimento de capitais abundantes na expansão ferroviária na Inglaterra e a navegação a vapor rumo a costa do Pacífico dos EUA e da Austrália, gerou a prosperidade de 1843-45. E a prosperidade é acompanhada pela especulação, e aí parece ser a especulação a causa da crise". (Mandel, *op. cit.*, pg. 74) Em segundo lugar eles apontam a importância da interação entre indústria e agricultura no mecanismo do ciclo, isso porque a "crise de 1847, iniciada no plano ferroviário, estendeu-se ao monetário e ao comercial, e foi agravada pelas más colheitas de batatas na Irlanda, França, Bélgica e Países Baixos em 1845-46". (*ibid.*, p. 74). Em terceiro lugar eles têm presente a importância dos fenômenos puramente monetários e o papel-chave que desempenham na crise, pois eles relatam o "primeiro pânico em abril de 1847 devido ao aumento abrupto das taxas de desconto do Banco da Inglaterra, e a queda de suas reservas de ouro. Mas esse primeiro pânico não levou a quebra de casas bancárias e comerciais. Isso ocorreu em agosto de 1848, com a quebra de várias casas especializadas no comércio de trigo e de produtos coloniais, seguida de uma série de bancarrotas espetaculares de bancos e de corretores em outubro do mesmo ano." (*ibid.*, p. 74-75).

Enquanto principais pontos fracos da análise de Marx e Engels sobre a crise e o ciclo econômico, Mandel aponta que não estabeleciam de forma vigorosa e clara "(...) A distinção entre crises monetárias, que não são senão o reflexo de crises de superprodução, e crises monetárias "autônomas", que podem aparecer mesmo em momentos de prosperidade, sobretudo no quadro dos "mecanismos automáticos" regidos pelo padrão-ouro (...)" (*ibid.*, p. 76). E a duração do ciclo ainda não está ligada com o tempo de rotação do capital fixo. "Eles tem um apreensão puramente empírica da duração do ciclo". (*ibid.*, p. 76)

Esses dois pontos fracos levarão os dois amigos a prever explosões de crises nos anos de 1852, 1853 e 1855, que não ocorreram. Só em 1857 que a crise tão esperada explode, mas aí eles já estarão de posse dos dados empíricos e com um nível de conhecimento sobre as crises cíclicas e puderam acompanhar passo a passo o desenvolvimento da crise. Como veremos adiante.

Uma breve análise da conjuntura econômica e política dos anos de 1850/51, é feita por Marx no seu texto "**O 18 Brumário de Luís Bonaparte**". Escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852, esse texto dá continuidade ao entendimento da formação política, social e econômica da França, a partir da nova teoria social forjada por Marx e Engels, e que teve início com "As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850". Nele Marx descreve a influência da conjuntura econômica da Inglaterra sobre a da França (fenômeno que já discutimos anteriormente). Isso a partir do papel da Inglaterra no mercado mundial daquela época, e das particularidades da economia francesa (produtora de mercadorias de luxo), com clara ligação via comércio exterior dos dois países. Percebe-se, ainda a importância dada ao movimento na esfera bancária, e a reafirmação da esfera econômica enquanto exploradora dos movimentos políticos¹⁹, enquanto cerne do ser social.

Como já falamos em 1857-58 explode a crise tão esperada por Marx e Engels, eles acertam ao previrem uma crise para esse período pois nesta época já dispunham de uma boa bagagem teórica e de farto material empírico, o que facilitou a tarefa. Essa crise de 1857-58

¹⁹ Vide p. 266-267 de "O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte" - Ed. Alfa-Omega - S. Paulo - Obras Escolhidas - Vol. I.

teve a peculiaridade de ser mais geral que as anteriores, de ter atingido uma área geográfica mais ampla e de ter sido sentida em todos os setores e ramos da indústria. Será

"(...) no curso do estudo da crise de 1857-58 que Marx descobre pela primeira vez as relações entre a duração do ciclo e a duração de reprodução do capital fixo. (...) [Assim]. Marx e Engels corrigem agora no sentido do ciclo decenal a suposição errônea de um ciclo sexenal adiantado sete anos mais cedo." (Mandel, *op. cit.*, p. 79/80)

É interessante notar, que o acerto na previsão da crise de 1857, veio acompanhado de um erro, pois esperavam - Marx e Engels - que em decorrência da crise econômica, a Europa seria atravessada por uma nova série de Revoluções. E tal previsão, que não se concretizou, levou Marx a escrever os "Grundrisse", com uma pressa enorme, pois achava que a eclosão das revoluções tomaria todo seu tempo no futuro imediato. Dai ser necessário escrever e apresentar os resultados dos seus estudos econômicos que já tinham 15 anos então. E veio à luz um texto com lacunas e imperfeições no conteúdo e na redação, mas que tem um lugar central para o entendimento de "O Capital". No dizer de Rosdolsky é como se nos "Grundrisse" estivéssemos diante do laboratório de "O Capital"²⁰.

(3) CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo desse artigo procuramos mapear a posição de Marx a respeito da categoria de crise econômica, em vários textos que antecedem as obras decisivas para o entendimento da economia capitalista. Supúnhamos que seria possível encontrar com facilidade uma linha de continuidade ao longo dos vários textos, que eventualmente indicasse um amadurecimento na forma de tratamento da questão das crises. Concluímos que o amadurecimento se dá, mas ele só finda em *O Capital*. Assim, apesar da compreensão de Marx sobre as crises ter evoluído, até 1857 ela era incompleta. E se aperfeiçoa na medida em que Marx aprofunda seus estudos específicos sobre a economia.

Nos textos analisados acima, destaca-se a centralidade da categoria crise para a análise de situações concretas, para a análise das várias conjunturas, para a apreciação dos vários interesses de classes e de segmentos de classes presentes nas conjunturas. Percebe-se a evolução, em particular em Engels, quanto às fases do ciclo, que a princípio os vê como contendo duas fases, e algum tempo depois, juntamente com Marx, defende a idéia de um ciclo de quatro fases. Outro aspecto a ser destacado é a relação entre crise e revolução, crise e aspectos políticos, pois uma leitura menos atenta pode levar a uma interpretação mecanicista de Marx, onde bastariam a presença de crises econômicas para se pensar na possibilidade da revolução, o aspecto da crise econômica não deve ser esquecido, mas deve ser articulado com a situação concreta existente. Deve-se ainda considerar que boa parte dessas observações de Marx que articulam crise e esfera política, ocorrem em textos escritos numa época em que Marx não havia descoberto a categoria de mais-valia relativa, que é a forma de extração da mais-valia que permite a legitimação do modo de produção capitalista, permite que salários e lucros aumentem ao mesmo tempo. A periodicidade das crises nos primeiros textos é de cinco ou seis anos, e nos últimos o ciclo é caracterizado como decenal.

²⁰ Rosdolsky, 1989, p. 33/34